

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu uma moção da Assembleia Municipal de Odemira manifestando a preocupação com o eventual encerramento do Estabelecimento Prisional (EP) de Odemira.

Diz a moção que em 2017 houve notícia relativamente ao encerramento do EP e que o mesmo é um “fator importante de combate à desertificação do território e ao mesmo tempo um incentivo ao crescimento económico, sendo o próprio Estabelecimento Prisional de Odemira um empregador de diversos funcionários que estabeleceram família e morada neste concelho”. O relatório sobre o sistema prisional e tutelar, de setembro de 2017, da responsabilidade do Ministério da Justiça refere que o EP tem alguns problemas de infraestruturas, mas necessita de obras pouco significativas, sendo o seu estado geral de conservação considerado aceitável. Apesar disto e tendo em conta a inexistência no distrito de Beja e em Odemira, de Juízos centrais criminais e unidades da PJ, “deve ser encontrada no Algarve uma solução alternativa a Odemira.”

Posto isto, com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Justiça, o seguinte:

1. Quais as intenções do Governo relativamente ao Estabelecimento Prisional de Odemira?
2. O Governo pretende executar as orientações do Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar, nomeadamente relativamente à deslocalização do EP de Odemira?

Palácio de São Bento, 21 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)